



*Gabinete do P.M.
20. Maio 2012*

SAIDA 07/05/12 00005287

iges
par

INSTITUTO DE GESTÃO
DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO
E ARQUEOLÓGICO

Departamento Salvaguarda

Município de Oliveira do Hospital

Livro : CM
Registo N.º: 4284 /Ano: 2012
Entrada de 10-05-2012
Proc - 10/134
Registado por: monica.mota

550- Sistema de Gestão Documental

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
Oliveira do Hospital
Lg. Conselheiro Cabral Metello

3400-062 OLIVEIRA DO HOSPITAL

Sua referência

Proc. 10/134

Sua comunicação

15/02/2012

Nossa referência

2009/1(419)

C.S.

790491

Assunto: Revisão do Plano Director Municipal de Oliveira do Hospital – parecer.

Da análise da documentação acima recebida, relativa ao assunto em epígrafe, somos de parecer que:

a) - Relativamente ao Regulamento:

1. Art.º 87.º, n.º 2, estipula-se que ficam sujeitos a consulta da entidade tutelar os projetos ou intervenções que possam causar danos ao património classificado, ou não, mas no que diz respeito aos adros que eventualmente contêm necrópoles, só se consideram os que estão em templos propostos para classificação. Propomos, por respeito pelo previsto no Código Penal ¹ sobre esta matéria, a abrangência para a totalidade dos adros dos espaços sagrados construídos antes da obrigatoriedade de reservar o sepultamento aos cemitérios oficiais.

2. Na redação do art.º 87.º, n.º 5 do Regulamento, propõe-se que se altere para que os achados fortuitos sejam comunicados às autoridades policiais competentes territorialmente e ao organismo da tutela, de harmonia com o disposto no art.º 78.º, n.º 1 da Lei de Bases do Património.

3. Na redação do art.º 87.º, n.º 5 do Regulamento, propõe-se que se possa fundamentar a deliberação sobre a dispensa do cumprimento do disposto no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, sobre o número mínimo de lugares para estacionamento, nas mais-valias arqueológicas que se possam ter conservado.

4. Na redação do art.º 102.º, n.º 1 do Regulamento, propõe-se que o disposto na alínea e) possa passar a ter uma abrangência em todos os centros históricos.

5. Na redação do art.º 108.º, n.º 1 do Regulamento, propõe-se que se altere o teor, de modo a que a assunção da salvaguarda e valorização dos centros históricos, seja estendida ao património arqueológico jacente nesse centro urbano.

b) Anexo I:

6. Págs. 79-80, listam-se 50 sítios arqueológicos. A comparação entre a listagem e o conteúdo da base de dados *Endovélico* obriga a reconhecer que se regista um problema, com o sítio n.º 5 que se designa "Moura da Serra" e que tem CNS 3981. Situa-se em Arganil e não em Oliveira do Hospital. Solicitamos que este sítio seja retirado dos documentos.



Departamento Salvaguarda

c) Avaliação Ambiental Estratégica. Vol. I – Resumo não Técnico.

7. Propomos que no objetivo estratégico relacionado com os bens culturais, o património arqueológico possa ser integrado cabalmente, o que implica que se deve prescindir da expressão "património cultural construído de referência", pois o conceito deverá ser alargado aos casos em que os vestígios não têm expressão arquitetónica.

No quadro 1, propomos que se considere a avaliação do potencial arqueológico dos aglomerados com centro histórico, que sejam objeto de Plano de Pormenor.

8. Relativamente à Governança prevista no quadro 8 do Relatório Ambiental Estratégico, deverá acrescentar-se que ao IGESPAR, I.P. incumbe a emissão de pareceres relativamente às obras, projetos ou ações que ponham em risco a integridade do património arqueológico.

9. Relativamente à Governança prevista no quadro 8 do Relatório Ambiental Estratégico, deverá acrescentar-se que à ADIBER, quando responsável pela reconstrução do património histórico e arquitetónico, incumbe a consulta da entidade que tutelar os bens alvo de reconstrução.

d) Avaliação Ambiental Estratégica. Relativas ao Vol. II – Relatório Ambiental.

10. São válidas as propostas n.º 8 e n.º 9 supra feitas.

Legislação aplicada:

- . Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto;
- . Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro;
- . Decreto-Lei n.º 270/99, de 15 de Julho;
- . Lei n.º 107/01, de 8 de Setembro;
- . Decreto do Presidente da República n.º 65/2006, de 18 de Julho;
- . Código Penal, art.º 254.º.

Com os melhores cumprimentos,

Ana Catarina Sousa

Subdiretora
(em substituição)